

O REGASTE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM HANNAH ARENDT

Emily Garcia¹

Claudia Aparecida Galindo Pistori²

Resumo: A crise do Estado-Nação tem como uma de suas consequências à descrença dos cidadãos na política de seu país, sendo reforçada, atualmente, pelos inúmeros casos de corrupção. Urge, assim, a necessidade de mudanças estruturais. Não se pode ignorar o que acontece no âmbito político, uma vez que a política acontece no espaço entre os homens e em sua pluralidade. Desta forma, não se pode ser um mero contemplador da realidade, que acontece ao redor, pois estamos e fazemos parte deste mundo. Embora cada ser humano nasça em um mundo já existente, este novo ser pode modificá-lo, em prol do bem comum, por meio da ação humana e do discurso. O presente artigo, dessa forma, por meio de pesquisa bibliográfica, buscará demonstrar a importância do resgate da participação política para o atual cenário de crise do Estado-nação com base na filosofia de Hannah Arendt.

Palavras-Chave: Política. Poder. Crise. Espaço Público.

INTRODUÇÃO

¹ Advogada. cursando especialização em filosofia Política e jurídica, na Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). Graduada em Direito, PUC-PR.

² Advogada. Mestranda em Filosofia, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). Especialista em Filosofia Política e Jurídica, pela UEL-PR.



enfrentamento da crise do Estado-nação com decorrência na fluidez de sua soberania agrava-se com os inúmeros casos de corrupção que fazem hoje parte do cenário político brasileiro. A corrupção retira do Estado à credibilidade por parte de seus cidadãos que se veem descrentes diante de tanta falta de representatividade. Diante disso, o presente artigo se propõe a demonstrar a atualidade do pensamento de Hannah Arendt para compreensão do cenário político moderno.

Hannah Arendt (1906-1975) nascida no subúrbio de Linden, em Hannover, Alemanha, foi uma filósofa judia que fugiu para os Estados Unidos, em 1941, em razão da ocupação da França pelos nazistas. Esse fato teve grande relevância em suas obras. Erradicada nos Estados Unidos foi convidada pela revista *New Yorker* para cobrir o julgamento do nazista Adolf Eichmann. Em 1961, enquanto cobria, em Israel, o julgamento, Hannah Arendt escreveu uma série de cinco artigos para esta mesma revista, os quais resultaram no livro intitulado *Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal*. No livro Arendt trata do mal banal, que seria aquele praticado pelo ser humano comum, o qual se abstrai de sua capacidade de reflexão e julgamento. Sendo, dessa forma, um mal praticado por qualquer sujeito que não se dispõe a ação de reflexão e que se esconde na desculpa de ser mera peça de uma máquina da qual não possui o mínimo controle.

Nesse contexto, Arendt pensa a política de forma singular, analisando como ocorre e qual seu alcance e sentido. Celso Lafer fora aluno de Arendt e se vale de seus conceitos para pensar a política. Nesse sentido, Lafer vislumbra Arendt, em um antigo verso do poeta grego Isaiah Berlin Arquíloco: ‘Muitas coisas sabe a raposa; mas o ouriço uma grande’. Sendo tão ambígua sua forma de pensar, Lafer considera Arendt tanto uma raposa, como um ouriço. Raposa em razão da percepção de realidade desta pensadora, que fora capaz de vislumbrar

como a reflexão sobre o ser humano é complexa e rica, na singularidade e na imprevisibilidade de cada indivíduo; como ou-riço, pois fora capaz de diagnosticar e avaliar a experiência totalitária inédita, em que a tradição fora rompida e com ela, passa a ser possível a morte de seis milhões de seres humanos.

Nesta pesquisa, será dada ênfase ao conceito de política em um contexto de corrupção e conseqüente crise do Estado-Nação, em conjunto com os conceitos trabalhados por Hannah Arendt de poder, singularidade, pluralidade, espaço público, vontade, ação humana, promessa, perdão e punição. As obras utilizadas nesta pesquisa bibliográfica foram: *O que é Política*, *A promessa de Política*, *A Dignidade da Política*, *Entre o Passado*, *Origens do Totalitarismo*, *A Condição Humana*, *Entre o Passado e o Futuro*, *A Vida do Espírito I – Pensar*, *A Vida do Espírito II - Querer e Hannah Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder*, *Eichmann em Jerusalém* além do texto *A Grande Tradição*, de Hannah Arendt.

1. O ROMPIMENTO COM A TRADIÇÃO

Não só o Estado como a Política, em geral, está em crise. Há uma gritante falta de representatividade que assola o Brasil. Em que pese seja o povo o detentor do poder, muito é feito sem a autorização desse mesmo povo, ocorrendo, dessa forma, uma crise de legitimidade. Segundo Castells:

À crise de legitimidade do Estado-Nação acresce-se a falta de credibilidade do sistema político, fundamentado na concorrência aberta entre os partidos. Capturado na arena da mídia, reduzido a lideranças personalizadas, dependente de sofisticados recursos de manipulação tecnológica, induzido a práticas ilícitas para obtenção de fundos de campanha, conduzido pela política do escândalo, o sistema partidário vem perdendo seu apelo e confiabilidade e, para todos os efeitos, é considerado um resquício burocrático destituído de fé pública. (CASTELLS, 2001, p. 402).

Esse trecho, escrito por Castells, expressa bem o senti-

mento que as pessoas possuem hoje pela política, na qual há uma total desconfiança. Essa perda da valorização e aproveitamento do espaço público para discussões democráticas acarreta a atual briga de *todos contra todos* que é presenciada na mídia. Em suma, não há diálogo. Em 2013, houve inúmeros movimentos e manifestações sociais demonstrando a indignação do povo com o cenário brasileiro. Percebe-se, todavia, que três anos depois quase nada se alterou. Nesse contexto, Hannah Arendt oferece uma boa base filosófica para compreensão dessa realidade.

Segundo Arendt, a tradição do pensamento político contém em si a atitude tradicional de cada filósofo para pensar a política. Este pensamento tradicional se inicia com Platão e Aristóteles. Platão tendia a desprezar a política, por entender não serem importantes o bastante os assuntos e as ações humanas, para que filósofos despendessem seu tempo em tais questões, pois, assim como entendia Aristóteles, “é materialmente impossível sem um razoável meio-termo de ajuste dos assuntos práticos que dizem respeito à convivência entre os homens”. (ARENDR, 2013. p. 131). No prelúdio da tradição, assegura Arendt, a política existia em razão de os homens estarem vivos e por serem eles mortais; já a filosofia, sempre se ocupou das questões perpétuas, tal como o é o universo. Na medida em que o filósofo adquire a condição de imortal, ele passa a também se interessar pela política. Nas palavras de Arendt:

A política começou, por assim dizer, a expandir a sua esfera em direção às necessidades básicas da vida para que ao desprezo dos filósofos pelos efêmeros assuntos práticos dos mortais fosse acrescentado o desprezo especificamente grego por tudo o que é necessário à mera sustentação da vida. (ARENDR, 2013. p. 132).

Nesse sentido, a filosofia acabou por distanciar os assuntos políticos da esfera pública comum, que é onde cada ser humano pode se apresentar, ou seja, onde existe a convivência humana. Porém, tal convivência é a garantia da sobrevivência

da espécie humana, uma vez que uns precisam dos outros para conseguir obter êxito na árdua tarefa de manter-se vivo. Parte dessa luta pela sobrevivência se faz na convivência entre seus pares; outra parte faz-se na singularidade de cada ser humano, ou seja, somos seres únicos e, na solidão. Importa compreender, que para Arendt, solidão difere de isolamento: um homem pode exercer seu trabalho na solidão; porém, a ação e o discurso não podem ser realizados no isolamento, pois, ninguém age ou expõe uma opinião para si mesmo.

Quando Arendt assevera que houve uma ruptura da tradição, ocasionada pelo totalitarismo, ela chega a esta conclusão em razão de todas as formas tradicionais de governos não se encaixarem naquele contexto do totalitarismo nazista e bolchevista, ou seja, essas últimas formas de governos são inéditas. No século XX, já se conheciam governos totalitários, tais como tirania, despotismo ou ditadura, mas nenhum desses se enquadrava ao domínio nazista ou bolchevista. Arendt revela no texto *A Grande Tradição*, que o termo tirania, desde Platão, era utilizado para um governo considerado ilegal e de um único homem (ARENDR, 2011, p. 275). Porém, o nazismo e o bolchevismo não foram governos ilegais; ao contrário, tanto os nazistas, que mantiveram a constituição de Weimar, quanto os bolchevistas, que substituíram a constituição existente por outra, embora seu conteúdo jamais fora colocado em prática, foi uma maneira de mostrar ao mundo um desafio permanente aos critérios não totalitários, os quais, no entender de Hitler e Stálin, impunham o desamparo e impotência continuamente (ARENDR, 2012, p. 34). Assim, com o rompimento da tradição, ou seja, com o rompimento com conceitos já consolidados, porém, incabíveis no contexto do século XX, na Alemanha nazista e na Rússia bolchevista, tudo passa a ser possível, isto é, não se pode prever ou evitar que tragédia semelhante à morte de seis milhões de pessoas possa ser evitada.

A importância da esfera pública para troca de opiniões

entre as pessoas é extremamente atual, por isso, o pensamento de Hannah Arendt se coaduna com a crise de legitimidade do Estado-Nação. Atualmente, há a desvalorização desse espaço público, o qual aos poucos vem sendo retomado.

2. O ESPAÇO DA PALAVRA E DA AÇÃO

Para Arendt, a *vita activa*, ou seja, a vida humana tem como condição humana o agir neste mundo e, tudo o que é feito pelo homem, permanece neste mundo. Significa dizer, que as ações humanas só têm sentido, se houver um lugar, em que cada atividade possa ser realizada. E, este local para a realização da ação humana é o mundo, no qual os homens nascem. De modo que o mundo em que nascemos não existiria não fosse a atividade humana (ARENDDT, 2014, p. 27). Assim, cada indivíduo é um ser único, porém, diante de seus pensamentos, crenças e anseios passa a ser plural perante os demais, ou seja, cada ser humano possui suas próprias particularidades. Assim também o eram os indivíduos que nasceram antes de nós e os que virão a nascer, isto, nunca existiu um único ser igual ao outro e, de mesma forma, jamais existirá. Porém, Arendt assevera que somente o homem é capaz de expressar esta distinção e, ao mesmo tempo, distinguir-se dos demais seres, pois, somente ele é apto a comunicar a si próprio e não apenas relatar algo. Em outras palavras, apenas o ser humano tem a habilidade de pensar e refletir sobre tal pensamento. Já os seres irracionais, tão somente, sentem sede, fome, medo e reagem a tais sensações e necessidades (ARENDDT, 2014, p. 218).

Uma vez que cada ser humano é singular, “a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade dos seres únicos”. (ARENDDT, 2014. p. 218), cuja distinção entre os demais seres se formaliza por meio do discurso, ou seja, da fala (da expressão de opiniões) e da ação, isto é, das atuações humanas. Portanto, é por meio do discurso e da ação que os homens demons-

tram sua singularidade, quer dizer, é por meio da fala e da atividade humana, que se torna possível a cada ser humano apresentar-se aos demais como homens que são e, não, como objetos. Este agir, segundo Arendt necessita da presença de outros indivíduos, perante os quais possam aparecer (ARENDR, 2014. p. 200). Logo, não é um agir isolado. Sendo assim, aqueles que se calam e se tornam apenas expectadores, ou seja, passivos ou meramente contemplativos, não se revelam aos demais. Nas palavras de Arendt:

A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política. (ARENDR, 2014. P. 9).

A importância desta aparição no domínio público para Arendt é que, só assim, os homens as percebem em seu senso de realidade, pois este depende da aparência, ou seja, daquilo que podemos ouvir e ver. Daí, a necessidade, segundo Arendt da existência de um domínio público, no qual possam emergir das trevas, quer dizer, do íntimo dos homens e submergirem até a vida privada (ARENDR, 2014, P. 63). Só então, os homens tomarão conhecimento dos pensamentos e opiniões uns dos outros. De mesma sorte, Celso Lafer reafirma o pensamento de Arendt, uma vez que é por meio da palavra e da ação, que surge a individualidade do homem (LAFER, 2003, p 73). E, isso só é possível, mediante a existência de um espaço público. Sendo assim, Lafer, assim como Arendt, entendem que a pluralidade é a lei da terra.

3. A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO, DA VONTADE E DO ESPAÇO PÚBLICO DO JUÍZO

Arendt entende que cada ser humano dispõe da capaci-

dade de pensar. O ato de pensar é uma atividade solitária, ao contrário da ação e do discurso e suprime a corporalidade (LAFER, 2003. p. 71). Com isso, o pensar significa o desligamento com o mundo das aparências, ou seja, representa o esquecimento do ser, o qual está conectado ao mundo das aparências. Embora o pensar seja invisível, ele rompe o mundo das aparências. Como exemplo, Arendt cita Sócrates, o qual se valera de uma metáfora do vento para explicar o seu impacto: “os ventos são invisíveis, mas ainda assim, o que eles fazem é manifesto por nós e de alguma maneira sentimos a sua aproximação”. (LAFER, 2003. p. 75). Tanto para Arendt como para Lafer, as atividades mentais manifestam-se por meio das palavras e que, ao nominar os objetos por meio da criação de palavras, torna-se a forma humana de apropriação e desalienação do mundo, no qual nascemos como estranhos. Nas palavras de Lafer:

O pensar, diz ela³, tem como finalidade a busca do significado e é um atributo da razão. O conhecer tem como objetivo a verdade. A grande falácia metafísica, diz ela em abono de sua posição, é o esforço que os filósofos, desde Descartes até os neopositivistas, vêm fazendo de aplicar ao pensar os critérios dos modelos de certeza almejados pela cognição. A verdade e o desejo de conhecer não são a mesma coisa que a necessidade mais abrangente da razão de buscar o significado das coisas. Esse significado das coisas, que sobrevive aos atos através das lembranças, é dado pela história através da palavra. (LAFER, 2003. p. 79).

A importância do ato de pensar, segundo Arendt, é tamanha, que traz consequências para a coisa pública quando tal ato não é realizado. Arendt pensa desta forma, quando analisa o julgamento de Eichmann, em especial, seu comportamento passivo e pacífico durante todo o processo, o qual não passava de um mero funcionário e não de um monstro, o qual comandou a morte de milhões de pessoas. De modo que, Eichmann, concluiu Arendt, fora um indivíduo incapaz de pensar. Con-

³ Refere-se à Hannah Arendt.

forme já aduzido, pensar é o ato de desligar-se provisoriamente do mundo das aparências, refletir sobre determinado assunto e chegar a uma conclusão sobre o sentido das coisas, diante de uma dificuldade e, novamente, ligar-se ao mundo das aparências. Assim, o mal pode ser evitado, se o ato de pensar for praticado. Segundo Lafer, Arendt buscou este modelo do ato de pensar em Sócrates, o qual expurgava os indivíduos de suas ideias pré-concebidas, as quais os impediam de pensar e os libertava do mal, sem que, contudo, os tornasse bons. Nesse sentido, Lafer aduz que:

Nada pode ser em si e para si, dada a intersubjetividade do mundo e a pluralidade que é a lei da terra. Por esta razão, a estrutura do pensar é a de um diálogo sem som do eu consigo mesmo, que foi como Platão descreveu a descoberta socrática do ‘dois em um’. Não é a atividade de pensar que gera a unidade de quem pensa, mas sim o mundo exterior que, ao se impor ao pensador, interrompe o diálogo do eu consigo mesmo, convertendo o ‘dois em um’ numa unidade: a do eu que é chamado de volta pelo seu nome ao mundo das aparências. O pensar é uma atividade solitária, mas o seu estado não é o da solidão, pois se trata de uma situação em que eu me faço companhia. (LAFER, 2003. p. 82).

Se o ato de pensar, pode evitar o mal, ele também pode evitar a corrupção, a qual traz em si, consequências maléficas para os demais indivíduos. Assim, o diálogo do eu consigo mesmo transforma o pensar em uma verdadeira atividade, na qual o eu pergunta e responde, sobre diferentes assuntos humanos. A resposta obtida pelo próprio eu não advém da intuição, mas sim, da imposição das consequências trazidas por determinado ato que o eu pretende exercer, diante de um raciocínio matemático ou lógico, pois, não existe uma verdade absoluta (ARENDDT, 2014.b, p. 240).

A vontade, por sua vez, “é o nosso órgão do espírito para o futuro, como a memória é o nosso órgão do espírito para o passado”. (ARENDDT, 2000. p. 20). O problema da vontade, assegura Arendt, é que ela enfrenta coisas, sejam elas visíveis

ou invisíveis, bem como com objetos que estão ausentes dos sentidos, porém, necessitam serem trazidos para o mundo das aparências, por meio da habilidade de representação do espírito. Enquanto as coisas do passado se apresentam como certas, as coisas do futuro contêm a incerteza. Assim, a única certeza futura, assegura Arendt, é a morte. As demais coisas que se desejam, podem nunca virem a existir. Vale ressaltar, que para Arendt, a vontade deve ser livre, pois, o indivíduo deve saber que pode desejar fazer alguma coisa, porém, também pode desejar não fazê-la; sem liberdade, a vontade torna-se uma contradição. Nesse sentido, o indivíduo que pratica ou se submete à corrupção, praticou ou sofreu tal ação, por sua vontade, bem como, o mesmo indivíduo pode não desejar praticar ou sofrer a corrupção.

No que tange ao espaço público do juízo, Arendt entende que, diferentemente da ação, o julgar é uma faculdade democrática, ou seja, ao alcance de todos os cidadãos. Assim, o ato de aprovar ou de desaprovar algo condiz com a capacidade de persuasão e não de imposição, uma vez que o discurso é direcionado à pluralidade. Ademais a aprovação ou a desaprovação dependerá do agir conjunto. No entender de Arendt, foi Kant quem descobriu o juízo como faculdade autônoma, a qual não procede do homem, enquanto ser cognitivo, porém, este pensador não enfrenta as abstrações do pensamento (ARENDR, 2000.a, p. 205). Segundo Arendt, o espaço destinado à vida pública, o qual ocorre no mundo das aparências, demanda a integração entre os homens e o discurso depende da existência de outros indivíduos. Arendt vislumbra uma grande dificuldade do juízo: é a de ser a faculdade de pensar o particular, pois o que caracteriza a *vita activa* é a possibilidade de originalidade da obra humana. Tal possibilidade surge a cada novo nascimento, em que este ser recém-chegado a um mundo já construído, poderá agir e modificá-lo, junto de outros indivíduos.

4. AUTORIDADE *VERSUS* PODER E O SENTIDO DA POLÍTICA

Na compreensão de Arendt, a autoridade desapareceu do mundo moderno. Isso porque, com a ruptura com a tradição, ocasionada pelo totalitarismo nazista e bolchevista, no século XX, as autoridades tradicionais deixaram de existir (ARENDR, 2014.b, p. 127). Também a autoridade na família, a qual Arendt considera uma autoridade pré-política, perdeu força, quando o indivíduo, que nasce em um mundo já estabelecido, terá seus direitos garantidos, tão somente, por meio do vínculo da cidadania. Assim, a crise gerada peça quebra com a tradição teve consequência nos setores políticos e pré-políticos. Em outras palavras, não mais se pode dizer o que a autoridade significa.

Uma vez que o termo autoridade exige obediência, adverte Arendt, é comum confundi-lo com alguma forma de poder ou violência (ARENDR, 2014.b, p. 129). De forma contraproducente, a autoridade não considera a utilização de força coercitiva. Também rejeita a persuasão, a qual ocorre no juízo, conforme visto, pois aquela demanda igualdade e se constrói em um processo de argumentação. A relação, entre quem manda e quem obedece, afirma Arendt, não se dá nem na razão comum, tampouco no poder de quem manda, uma vez que ambos reconhecem a legitimidade ativa e passiva dos atos de mandar e obedecer, respectivamente e, tal legitimidade é histórica. Trazendo a análise da perda da autoridade no mundo moderno, Arendt assevera que tal perda equivale à perda do fundamento do mundo, o qual se modifica constantemente, porém, de forma imprevisível, incorrendo na perda da segurança e da permanência do mundo, as quais equivalem à perda da autoridade (ARENDR, 2014.b, p. 132). Porém, as perdas da segurança e da permanência não, necessariamente, incorrem na perda da capacidade humana de construir, preservar e cuidar deste

mundo, onde os indivíduos lutam para sobreviver e permanecer, garantindo que este mundo continue a ser adequado à vida humana, para os que ainda virão a nascer.

A outro tanto, o que primeiramente abala, depois, destrói as comunidades políticas ”é a perda do poder e a impotência final; e o poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência, como os instrumentos da violência, mas só existe em sua efetivação” (ARENDDT, 2014.b, p. 247). Assim, se este poder não for efetivado, ele se perde, tal como se perdera na Alemanha nazista. E, segundo Arendt, somente se pode firmar este poder onde a palavra, que não é vazia, e a ação, que não é um ato violento, caminham juntas. Assim, “as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para desvelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para estabelecer relações e criar novas realidades”. (ARENDDT, 2014. p. 247 e 248). E, mais importante, assevera Arendt, é o poder que mantém a durabilidade do espaço público, ou seja, onde as pessoas podem falar e agir, pois, é mero potencial de poder. Significa dizer, que o poder não é uma entidade imutável, mensurável ou confiável, tal como a força e o vigor o são.

Assim, o poder é gerado por meio da convivência entre os homens, não importando o número de indivíduos e, aqueles tão somente retêm o poder quando vivem muito próximos uns dos outros e agem conjuntamente, o que denominamos organização, mantendo-se, por conseguinte, ativo o poder. De modo que, qualquer que seja o motivo, se um indivíduo se mantiver isolado e não participar dessa ação conjunta entre os homens, ele está privado do poder e se torna impotente, independentemente de seu vigor. Logo, sustenta Arendt, tanto o poder quanto a ação são ilimitados, tendo como sua única limitação, a existência de outros indivíduos. E, tal limitação não é acidental, uma vez que o poder é inerente à condição humana da pluralidade.

A pluralidade permite a ocorrência da política, a qual se tornou uma necessidade impreterível para a vida humana, pois, a sobrevivência humana depende deste convívio entre seus pares (ARENDDT, 1993, p. 45). Porém, a concepção de política dos tempos modernos, a qual o Estado existe como função da sociedade ou como um mal necessário para a liberdade social. Diante disso, o temor de novas guerras mundiais cresceu, diante da insegurança e desconfiança em relação à política, a qual já provocou uma série de desastres no século XX, bem como pelo terror causado pela possibilidade de uma guerra nuclear (ARENDDT, 1993, p. 117). Perdendo a confiança na política, surge a necessidade de um milagre, não no sentido religioso, assevera Arendt, mas, no sentido de renovação, a qual se dá por cada novo nascimento. No entender de Arendt, o sentido da política é a liberdade e esta liberdade se apresenta na ação humana. Assim, enquanto os seres humanos puderem agir, ali haverá um espaço público e nele, a política, a qual existe entre a pluralidade. Arendt acredita que o agir humano é capaz de realizar o improvável e o imprevisível e, é nesta capacidade, que o milagre acontece.

5. A IMPREVISIBILIDADE E O PODER DE PROMETER

A ação é uma das grandes dificuldades da vida em sociedade, tendo em vista que dela decorrem dois efeitos: a irreversibilidade e a imprevisibilidade. Sendo que a irreversibilidade consiste na impossibilidade de se desfazer a ação e a imprevisibilidade na impossibilidade de se antever as consequências. Hannah Arendt entende que a única solução possível para o problema da irreversibilidade é a faculdade de perdoar. Por sua vez, para o problema da imprevisibilidade a solução está na faculdade de prometer e cumprir promessas.

O perdão, dessa forma, serve para *desfazer os atos do passado*, enquanto a promessa serve para criar, no futuro que é

incerto, expectativas de segurança. Seriam essas as duas soluções plausíveis para a questão da ação e suas problemáticas (irreversibilidade e imprevisibilidade), sendo que ambas consistiriam, segundo Arendt, em *um papel que a pessoa encena para si mesma*. Nesse sentido, Arendt entende que caso não existisse o perdão ficaríamos para sempre vinculados a nossa ação, seríamos vítimas de suas consequências, sem possuir, dessa forma, possibilidade de mudança. Por outro lado, se não nos obrigássemos a cumprir nossas promessas não conseguiríamos jamais conservar a nossa identidade, seríamos, desse modo, condenados a nossa própria contradição (ARENDR, 2010, p. 158).

Desse modo, essas faculdades se baseiam na condição humana da pluralidade, assim, pressupõe a existência de outros. Conforme, Arendt, *o descobridor do papel do perdão na esfera dos negócios humanos foi Jesus de Nazaré* (ARENDR, 2010, p. 159). No entanto, em que pese essa descoberta tenha sido realizada em um contexto religioso não há impedimentos de que seja aplicada na esfera pública, tendo em vista que a concepção de perdão visa evitar o círculo vicioso da vingança (ARENDR, 2010, p. 162).

Nesse mesmo contexto, em contraposição ao perdão surge a punição, como forma de se evitar a vingança. Entende-se, assim, que a punição é uma alternativa ao perdão, mas, esclarece Arendt, que de modo algum a punição é o oposto do perdão. Ambos possuem em comum a finalidade de evitar o círculo vicioso da vingança que nos impede de prosseguir (ARENDR, 2010, p. 163).

No entanto, a reflexão da filósofa judia se entrelaça no questionamento sobre caso seja verdadeira a ideia cristã de que somente o amor pode perdoar, o perdão teria que ser excluído de nossas reflexões, pois o amor cristão está sempre disposto a perdoar independentemente do que tenha sido feito, ideia que não se coaduna com a realidade vivenciada por Arendt. Seria,

dessa forma, o amor extremamente limitado para ser discutido na esfera pública. Em face disso, Arendt entende que o respeito é a solução para a ampla esfera nos negócios humanos. Entendendo-se o respeito como uma forma de amizade sem intimidade ou proximidade. Nos tempos modernos haveria a perda desse respeito pela ideia equivocada de só ser devido o respeito àquilo que se admira ou se preza, o que, na visão de Arendt, trata-se de *claro sintoma da crescente despersonalização da vida pública e social* (ARENDR, 2010, p. 163).

Prossegue Arendt, observando que *ao contrário do perdão, que sempre foi considerado irrealista e inadmissível na esfera pública, provavelmente devido a conotação religiosa, a força estabilizadora inerente à faculdade de prometer sempre foi conhecida em nossa tradição* (ARENDR, 2010, p. 163).

Arendt entende que a imprevisibilidade, que pode ser pelo menos parcialmente eliminada pela ação de prometer, possui dupla origem. A primeira origem decorreria da inconfiabilidade fundamental dos homens, que, segundo Arendt, *jamais podem garantir hoje quem serão amanhã*, já a segunda origem seria *a impossibilidade de se prever as consequências de um ato numa comunidade de iguais, onde todos têm a mesma capacidade de agir* (ARENDR, 2010, p. 163). Sendo esse o preço da liberdade para a filósofa, que prossegue dispondo que:

O fato de que o homem não pode contar consigo mesmo nem ter fé absoluta em si próprio (e as duas coisas são uma só) é o preço que os seres humanos pagam pela liberdade; e a impossibilidade de permanecerem como senhores únicos do que fazem, de conhecerem as consequências de seus atos e de confiarem no futuro é o preço que pagam pela pluralidade e pela realidade, pela alegria de conviverem com outros num mundo cuja realidade é assegurada a cada um pela presença de todos. (ARENDR, 2010, p. 163).

A faculdade de prometer, para Arendt, visa reduzir essa obscuridade dos negócios humanos, consistindo no domínio de si e no governo de outros. Assim, esse seria o perigo e, ao mesmo tempo, a vantagem dos corpos políticos que possuem

contratos e pactos, ou seja, a previsibilidade e confiabilidade (ARENDDT, 2010, p. 154).

Por isso, a existência de contratos no âmbito dos negócios humanos tem por finalidade reduzir a imprevisibilidade que sonda a esfera pública conferindo assim, pelo menos de maneira ilusória, a sensação de confiabilidade e segurança, as quais são extremamente necessárias para estabilidade de um governo.

CONCLUSÃO

Nascemos em um mundo já existente, tal como um estrangeiro. Porém, o ato de cada nascimento significa uma nova esperança, pois, cada indivíduo tem a capacidade de agir e transformar este mundo, tornando-o um lugar apropriado para a sobrevivência dos que aqui estão e garantir tal permanência para as futuras gerações. Além de agir, podemos nos valer do discurso e expressar nossas opiniões para outros seres humanos, que também convivem neste mundo, formando, assim, uma relação de preservação da vida. Podemos também refletir sobre os assuntos humanos e apresentar aos demais, possíveis respostas, primando-se pelo bem comum.

Porém, a corrupção, seja ela ativa ou passiva, retira este indivíduo do mundo das aparências e ele deixa de existir, uma vez que a corrupção é um ato cercado de egoísmo e, com ele, o isolamento. O isolamento é contrário à ação, pois esta ocorre na presença de outros indivíduos e para o bem comum. Nesse sentido, o indivíduo deixa de agir para o bem comum, pois, ninguém age em prol de si mesmo. Desta forma, o sujeito deixa o espaço público e passa a viver uma vida inteiramente privada, ou seja, torna-se privado das coisas essencialmente humanas, que para Arendt significa estar fora da realidade, a qual decorre do ser visto e ouvido por outros, despojado de uma relação objetiva com seus pares, decorrente do fato de ligar-se

e desligar-se deles, ou seja, de um mundo comum de coisas, além de perpetuar sua existência neste mundo, por meio de suas obras.

Quando se fala em corrupção, a tendência é associá-la à política. Porém, atos como sonegar impostos, pagar para receber algum favor vantajoso, desrespeitar regras de convivência social e tantas outras transgressões cotidianas também estão englobadas na corrupção. Assim, os conceitos de honestidade e respeito, por exemplo, perderam seu significado. De modo que, a corrupção não está apenas nos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário; ela está em cada um de nós.

Por isso que a corrupção é um *mal invisível*, pois ao perder a ideia das consequências e se centrar apenas no eu (sem o diálogo proposto por Arendt) ocorre à chamada *despersonalização da esfera pública*. Os sujeitos simplesmente não se sentem responsáveis pela humanidade. Desse modo, frente à irresponsabilidade coletiva o Estado entra em crise, principalmente a crise de legitimidade, reforçada pela descrença na política e nos políticos.

Perceber a corrupção como um mal a ser combatido por toda coletividade é, portanto, uma importante mudança para, aos poucos, devolver a legitimidade que o Estado-Nação precisa para se reconstruir. .



BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. *A Dignidade da Política – Ensaios e Conferências. Compreensão e Política*. Rio de Janeiro: Relume Dumarrá, 1993.

_____. Eichmann em Jerusalém: um retrato sobre a banalidade

- de do mal. Trad. Sônia Orieta Heinrich. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983.
- _____. *A vida do Espírito*. Volume I – Pensar. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.a.
- _____. *A vida do Espírito*. Volume II – Querer. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.b.
- _____. *O que é política? - Fragmentos das Obras Póstumas Compilados por Úrsula Ludz*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. *Origens do Totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *A Promessa de Política*. Rio de Janeiro: Difel, 2013.
- _____. *A Condição Humana*. Tradução: Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação: Adriano Correia. – 12. Ed. Revisada. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.a.
- _____. *Entre o Passado e o Futuro. O que é Liberdade?*. São Paulo: Perspectiva, 2014.b.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Vol. II. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- LAFER, Celso. *Hannah Arendt Pensamento, Persuasão e Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- PRAZERES, Leandro. *Estudiosos da Operação Mãos Limpas alertam: Lava Jato não é a cura do Brasil*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/10/analise-a-operacao-lava-jato-nao-e-a-cura-do-brasil.htm> Acesso em: 10 out 2016.

TEXTO DE APOIO:

- ARENDT, Hannah. *A Grande Tradição*. Tradução de Paulo Eduardo Bodziak e Adriano Correia. p. 275, 2011.